

Fazenda anuncia corte de R\$ 225 milhões

Redução de gastos virá da reestruturação de órgãos vinculados ao ministério, principalmente do Serpro

SUZANA SANTOS

BRASÍLIA – O ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, anunciou ontem a redução de gastos de R\$ 225 milhões por ano no âmbito do Ministério da Fazenda. A economia decorrerá de medidas de reestruturação de vários órgãos e entidades vinculadas à pasta. As medidas têm efeito imediato e vigoram a partir de hoje, com a publicação de decreto no *Diário Oficial*. Esse total será contabilizado apenas no próximo ano, pois muitas medidas terão impacto mais representativo no exercício de 1999, apesar de alguns ajustes serem iniciados até dezembro.

A maior parte dos cortes virá do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que terá de reduzir em cerca de R\$ 140 milhões seus gastos para o próximo ano. Desse total, R\$ 88 milhões serão economizados com corte nos gastos com pessoal; R\$ 30 milhões, com redução de despesas de custeio; e R\$ 20 milhões, com diminuição de investimentos. Parente disse que a entidade deve lançar ainda este ano um novo programa de demissão voluntária para facilitar os ajustes.

Ele afirmou que a meta é concentrar a atividade do Serpro no atendimento aos Ministérios da Fazenda e Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) para reduzir custos. O Serpro tem tido dificuldades de atender às tarefas prioritárias porque também presta serviços a outros órgãos, segundo ele. "O Serpro terá de, paulatinamente, liberar-se de obrigações com outros órgãos e ministérios." Este ano, a instituição terá de cortar também cerca de R\$ 3,4 milhões da folha mensal, R\$ 1 milhão de dispêndios globais, e suspender R\$ 2 milhões em investimentos.

COMEÇA ESTE ANO PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

Entre as medidas está também a extinção, ainda este ano, de cerca de metade das delegacias de Administração do Ministério da Fazenda, que passaram de 24 para 12; da Secretaria Federal de Controle, reduzidas de 23 para 12; e do Patrimônio da União, de 21 para 12. Nos Estados onde foram eliminadas as delegacias o governo manterá representações pequenas, com poucos funcionários.

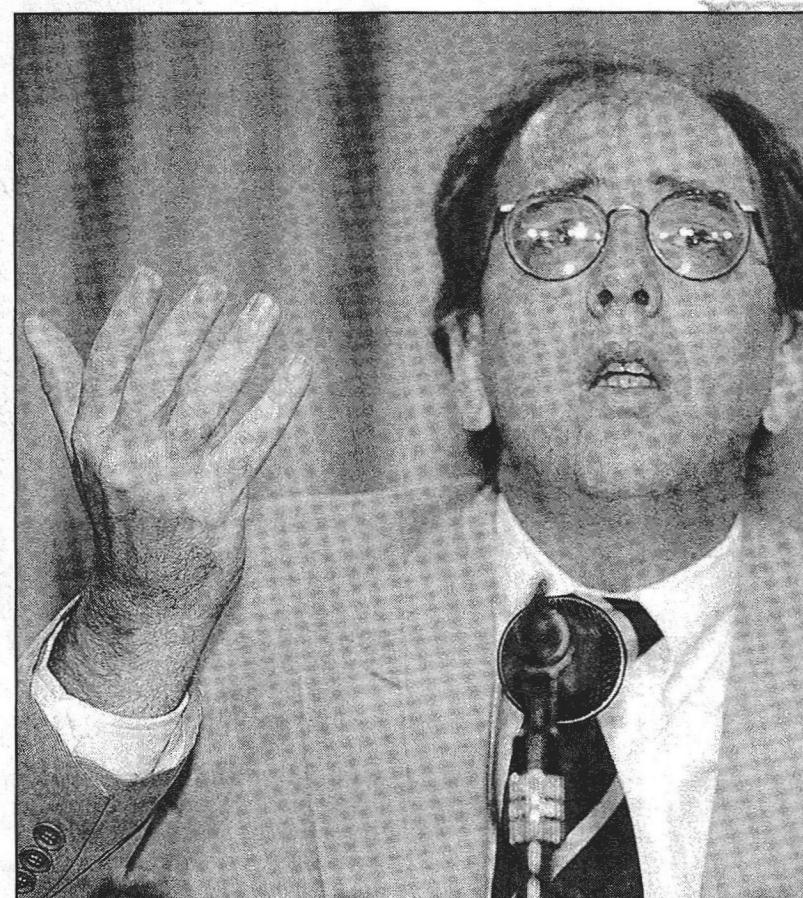
Remanejamento – Com a redução da estrutura das delegacias regionais, o ministério remanejará 1.100 funcionários para a Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e outros órgãos. Com isso, diz Parente, reduz-se a necessidade de contratação para esses órgãos, que demandam a ampliação de serviços para fortalecer a estrutura de arrecadação.

O ministério extinguiu também, na Fazenda, 400 cargos em comissão e com funções gratificadas. "Estamos devolvendo esses cargos ao Ministério da Administração", disse.

"O Ministério da Fazenda está abrindo mão desses cargos." Para Parente, outros órgãos e ministérios deveriam, em atendimento ao desafio de equilíbrio fiscal, propor medidas da mesma natureza, com vistas à reduzir as estruturas.

As medidas incluem ainda redução, este ano, de gastos de custeio com instalações, obras, informática e equipamentos. Parente afirmou que os equipamentos das delegacias extintas serão remanejados e aproveitados. Ele lembrou também que estão sendo instituídos sistemas de controle administrativo rígido para monitorar o custeio, partindo de renegociação de contratos de serviço, redução do volume de serviços contratados e desocupação de imóveis alugados.

Ficou estabelecido também que a Casa da Moeda terá de reduzir em R\$ 30 milhões os gastos globais previstos para o próximo ano e o Banco Central manterá os gastos deste ano no valor de R\$ 269 milhões, montan-



Parente: "Ministério da Fazenda está abrindo mão de 400 cargos"

te abaixo do autorizado anteriormente. Essa determinação para o Banco Central implicará redução de R\$ 50 milhões em gastos.

O secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Cincinato Rodrigues de Campos, vai sugerir ao Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado que crie, por decreto, um mecanismo de estímulo aos funcionários públicos para que eles busquem descontos em passagens aéreas de

rentemente do que as companhias aéreas oferecem para pessoas físicas. A ideia é que cada funcionário, que tenha viagem oficial agendada, busque uma tarifa mais baixa para baratear os custos de passagens pagas pelo governo.

Ele propõe que, como forma de estímulo, o governo ofereça aos funcionários metade do desconto obtido.

Para o técnico do ministério, o governo estaria ganhando com a solução porque passaria a ter acesso à

METADE DAS DELEGACIAS DE ADMINISTRAÇÃO SERÁ EXTINTA

metade de um desconto que na prática ele não consegue com as companhias aéreas. A forma de repasse do dinheiro para os funcionários, segundo Cincinato, poderia ser feita por meio do pagamento de diária de viagem adicional.